

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.236 - SP (2019/0254465-7)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : UNIBANCO SEGUROS S.A
ADVOGADOS : ARMANDO VICENTE MESQUITA CHAR - SP172682
MARINALVA PEREIRA CAVALCANTE - SP308465
RECORRIDO : PAULO GERALDO LOTT
ADVOGADO : REGINALDO MONTI - SP129080
INTERES. : COUROADA INDUSTRIA E COMERCIO DE COUROS LTDA
ADVOGADOS : MARCOS ROBERTO FRATINI - SP107757
FERNANDO ROGÉRIO FRATINI - SP142802
INTERES. : TRANSPORTES FENSKE LTDA
ADVOGADO : ALESSANDRO BARROS COSTA - SP143005

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por UNIBANCO SEGUROS S.A., fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Insurgência contra decisão que incluiu no cômputo do quantum debeatur os juros de mora, apesar de não haver menção expressa quanto a eles na sentença. Possibilidade. Aplicação da Súmula 254 do STF. Os juros de mora decorrem de expressa previsão legal, sendo, portanto, aplicáveis de ofício, inclusive na fase de liquidação de sentença. Art. 322, §1º, do CPC. Juros que incidem desde a data da citação. Art. 405 do CC. Decisão mantida. RECURSO NÃO PROVIDO" (e-STJ fl. 140).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 757, 760, 776, 884 do Código Civil, 509, § 4º, 783, 784 e 1022, II, do Código de Processo Civil de 2015, ao entendimento de que não caberiam juros moratórios sobre as importâncias seguradas na apólice, haja vista a inexistência de mora da seguradora recorrente na lide secundária.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ fls. 178-183).

É o relatório.

DECIDO.

A pretensão recursal não merece acolhida.

O Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia a respeito dos juros moratórios sobre as importâncias seguradas na apólice, manifestou-se pelo seu cabimento merecendo destaques o seguinte trecho:

"A incidência de juros de mora sobre a quantia devida independe de menção expressa no título executivo, eis que se trata de um pedido implícito que decorre de lei, nos termos do art. 322, §1º, do Código de Processo Civil.

Superior Tribunal de Justiça

(...)

E quanto à data de incidência dos juros, por se tratar de responsabilidade contratual e dívida ilíquida, os juros de mora incidem desde a data da citação, nos exatos termos do artigo 405 do Código Civil:

'Contam-se os juros de mora desde a citação inicial'.

Dessa forma, em se tratando de juros legais, outra não poderia ter sido a decisão, razão pela qual ela não comporta qualquer alteração"(e-STJ fls. 142-143).

Desse modo, a manutenção do acórdão recorrido se impõe, pois encontra-se em harmonia com a recente jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual, a seguradora é responsável pelo pagamento dos juros de mora sobre a importância segurada desde sua citação na lide que lhe foi denunciada.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE AUTOMOBILÍSTICO. ÓBITO DO DESCENDENTE DOS AUTORES. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DA SEGURADORA DENUNCIADA À LIDE E DO REQUERIDO. JUROS DE MORA. CABIMENTO DESDE A CITAÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O entendimento firmado por este Sodalício, é no sentido de que a seguradora é responsável pelo pagamento dos juros de mora, em virtude da denunciação à lide, adotando-se como termo inicial dos juros a data da citação da seguradora como litisdenunciada na ação proposta pela vítima em desfavor do segurado. Precedentes.

2. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.155.388/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 19/04/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURADORA DENUNCIADA À LIDE. JUROS DE MORA. CABIMENTO DESDE A CITAÇÃO.

1. É cabível o pagamento de juros de mora pela seguradora nas ações em foi denunciada à lide.

2. Agravo regimental desprovido" (AgRg nos EDcl no REsp 1.219.910/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013).

Como se vê, o entendimento da origem revela-se em perfeita conformidade à orientação firmada nesta Corte, incidindo, no ponto, o óbice da Súmula nº 568 do STJ, aplicável a ambas as alíneas autorizadoras.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, 23 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

